



Relatório sobre a aquisição, oneração e alienação de bens imóveis do domínio privado do Estado e dos Institutos Públicos relativo ao ano de 2012

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS EM 2012	3
2.1 Aquisição de imóveis e de outros direitos reais de gozo pelo Estado e pelos Institutos Públicos em 2012	3
2.2 Oneração de imóveis do Estado e dos Institutos Públicos	5
2.3 Alienação de imóveis do domínio privado do Estado e dos Institutos Públicos em 2012	5
3. CONCLUSÃO	8

QUADROS

Quadro 1- Imóveis adquiridos pelo Estado e Institutos Públicos	4
Quadro 2- Imóveis adquiridos por Ministério	4
Quadro 3- Imóveis adquiridos - Entidade alienante	5
Quadro 4- Imóveis alienados pelo Estado e Institutos Públicos	6
Quadro 5- Imóveis alienados por Ministério	6
Quadro 5- Tipo de procedimento de alienação	7
Quadro 6- Imóveis alienados - Entidade adquirente	7

ANEXOS

Anexo 1 - Mapa 1 - Aquisição onerosas de imóveis pelo Estado e Institutos Públicos em 2012
Anexo 2 – Mapa 3 - Oneração de imóveis do Estado em 2012
Anexo 3 - Alienação de imóveis do Estado e dos Institutos Públicos em 2012

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório é elaborado de acordo e para os efeitos previstos no artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, designadamente a apresentação de informação pelo Governo à Assembleia da República sobre a aquisição, oneração e alienação de bens imóveis do domínio privado do Estado e dos Institutos Públicos.

A sua preparação teve por base a informação produzida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no âmbito das atribuições e competências que lhe estão cometidas, e ainda nos dados que a esta lhe são comunicados pelas entidades intervenientes nas respetivas operações imobiliárias.

Assim, são apresentados quatro mapas, em anexo ao presente documento:

- Mapa 1 – Aquisição onerosas de imóveis e de outros direitos reais de gozo por Institutos Públicos em 2012;
- Mapa 2 – Oneração de imóveis pelo Estado em 2012;
- Mapa 3 - Alienação de imóveis do Estado e dos Institutos Públicos em 2012;

onde consta a identificação e localização dos imóveis, o valor da avaliação o valor da transação e a identificação dos contratantes.

As operações imobiliárias supra descritas encontram o seu enquadramento legal junto do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que estabelece o regime jurídico do património imobiliário público, da Lei Orçamental e respetivo decreto-lei de execução orçamental em vigor em cada ano civil, e ainda, no que concerne à constituição de onerações, em legislação própria.

Nessa decorrência, a inobservância do Decreto-Lei n.º 280/2007, designadamente quando não tenha sido recolhida a competente autorização do Ministro de Estado e das Finanças, não tenha havido instrução do respetivo processo junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças ou não exista comunicação sobre a concretização da operação imobiliária podem prejudicar a exaustividade dos elementos constantes dos mapas em anexo.

2. OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS EM 2012

2.1 Aquisição de imóveis e de outros direitos reais de gozo pelo Estado e pelos Institutos Públicos em 2012

De acordo com o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças autorizar a aquisição onerosa, para o Estado, do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo sobre bens imóveis, quando o valor da aquisição seja inferior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem despesa. A constituição de outros direitos reais de gozo poderá ainda encontrar o seu assento legal em legislação própria, como seja o Código Civil e o regime específico das diversas servidões administrativas.

Tratando-se da aquisição onerosa para os Institutos Públicos, do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo sobre bens imóveis, cujo valor seja inferior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem despesa, compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças e ao membro do governo responsável pela tutela autorizar a mesma.

Quando o valor da aquisição seja igual ou superior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem, compete ao Primeiro-Ministro

autorizá-la. Caso o valor da aquisição exceda o montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para o Primeiro-Ministro autorizar despesa, a sua autorização compete ao Conselho de Ministros.

No ano de 2012, e conforme se ilustra no Quadro 1, foram adquiridos 103 imóveis em regime de propriedade total num valor global de transação de 288.051.000,00 €. De registar que no ano de 2012, não houve aquisições onerosas de direitos reais menores nem pelo Estado nem por Institutos Públicos.

De referir que para este montante significativo concorreu decisivamente a resolução do diferendo que opunha o Município de Lisboa e o Estado, relativamente à titularidade dos terrenos inseridos no perímetro do Aeroporto de Lisboa, que fazem parte do domínio público aeroportuário e integram a Concessão da ANA - Aeroportos de Portugal.

Este diferendo foi sanado mediante acordo de Transação Judicial o qual previa a compensação do Município devido ao reconhecimento da titularidade mas que foi contabilisticamente considerado como aquisição por se operar um incremento patrimonial do Estado por registo dos bens em causa a seu favor.

Quadro 1 - Imóveis adquiridos pelo Estado e Institutos Públicos

ENTIDADE ADQUIRENTE	Nº IMÓVEIS	VALOR DA TRANSAÇÃO (€)	(%)
Estado	101	286.800.000,00	99,57
Institutos Públicos	2	1.251.000,00	0,43
TOTAL GERAL	103	288.051.000,00	100

A distribuição por Ministério da aquisição de imóveis em 2012 é apresentada no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Imóveis adquiridos por Ministério

MINISTÉRIO	Nº IMÓVEIS	VALOR DA TRANSAÇÃO (€)	(%)
Secretaria de Estado da Cultura	2	800.000,00	0,28
Finanças	99	286.000.000,00	99,29
Justiça	1	1.250.000,00	0,43
Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	1	1.000,00	0,00
TOTAL GERAL	103	288.051.000,00	100

Pela leitura do Quadro 3, constata-se que 99,72 % do valor de aquisição foi despendido na compra de imóveis a entidades do setor público administrativo e empresarial.

Quadro 3 – Imóveis adquiridos- Entidade Alienante

ENTIDADE ALIENANTE	Nº IMÓVEIS	VALOR DA TRANSAÇÃO (€)	(%)
Particulares	1	1.000,00	0,00
Empresas Privadas	2	800.000,00	0,28
Autarquias Locais	99	286.000.000,00	99,29
Empresas Setor Empresarial do Estado	1	1.250.000,00	0,43
TOTAL GERAL	103	288.051.000,00	100

A identificação dos imóveis adquiridos consta do Mapa 1, anexo ao presente relatório.

2.2 Oneração de imóveis do Estado e dos Institutos Públicos

Para além da constituição de direitos de superfície sobre imóveis do domínio privado do Estado e dos Institutos Públicos, regulada no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, cuja autorização compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças, podem ainda ser constituídos outros direitos reais menores sobre os imóveis referidos, *vg* servidões legais de passagem e servidões administrativas, previstos em legislação própria.

No que se refere ao ano de 2012, apenas se registou uma oneração de 1 imóvel do Estado, consubstanciada numa servidão administrativa de aqueduto a favor da empresa Águas do Algarve, SA, pelo valor de 221,26 €, não sendo conhecida a constituição de onerações sobre imóveis de Institutos Públicos que tenham transitado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Esta operação imobiliária é evidenciada no Mapa 2, anexo ao presente relatório.

2.3 Alienação de imóveis do domínio privado do Estado e dos Institutos Públicos em 2012

De acordo com o Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, os imóveis do domínio privado do Estado e os imóveis dos Institutos Públicos cuja propriedade não seja necessária à prossecução de fins de interesse público e cuja manutenção na sua propriedade não seja conveniente podem ser objecto de alienação.

Podem igualmente ser vendidos imóveis afectos a fins de interesse público desde que fique assegurada a continuidade da prossecução de fins dessa natureza.

Compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças autorizar a venda dos imóveis do Estado e dos Institutos Públicos e a escolha do respectivo tipo de procedimento.

A decisão de adjudicação compete ao Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, no caso de imóveis do Estado, ou ao respectivo órgão de direção, no caso de imóveis dos Institutos Públicos.

Para além das modalidades de alienação previstas no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, há ainda que realçar que, a coberto do Código das Expropriações, podem os imóveis do Estado ser objecto de expropriação por outras entidades, sendo que tal ato ainda que configurando uma aquisição originária para o expropriante, não pode deixar de se considerar na vertente do expropriado como diminuição do seu património, configurando assim uma alienação na perspetiva do sujeito expropriado.

A este propósito, saliente-se que não são reportadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças as expropriações de imóveis de Institutos Públicos porquanto para além de não carecerem de autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, também não transitam por aquela Direção-Geral.

No âmbito do presente Relatório, foram considerados como alienados os imóveis que, no ano de 2012, obtiveram despacho de autorização de venda ou de adjudicação e cujo produto da venda ou parte da mesma, foi recebido nesse ano.

Conforme melhor se demonstra no Quadro 4, em 2012 foram alienados 69 imóveis que correspondem a um valor de transação de 12.332.806,44 €, o que consubstancia um decréscimo de 80,9 % relativamente a 2011 (64.638.297,92 €).

Quadro 4 - Imóveis alienados pelo Estado e Institutos Públicos

ENTIDADE ALIENANTE	Nº IMÓVEIS	VALOR DA TRANSAÇÃO (€)	(%)
Estado	29	6.779.852,45	55
Institutos Públicos	39	4.683.353,99	38
Estado e Instituto Público (Compropriedade)	1	869.600,00	7
TOTAL GERAL	69	12.332.806,44	100

A distribuição, por ministério, da alienação de imóveis pelo Estado e por Institutos Públicos, em 2012, é apresentada no quadro seguinte:

Quadro 5 - Imóveis alienados por Ministério

MINISTÉRIO	Nº IMÓVEIS	VALOR DA TRANSAÇÃO (€)	(%)
Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território	10	2.706.700,00	22
Defesa Nacional	3	417.563,00 €	3
Finanças	25	1.452.082,79	12
Justiça	29	1.976.653,99	16
Negócios Estrangeiros	1	4.910.206,66	40
Finanças e Solidariedade e da Segurança Social (compropriedade)	1	869.600,00	7
TOTAL GERAL	69	12.332.806,44	100

Tal como se verifica no quadro infra, e no que concerne ao tipo de procedimento adotado na alienação de imóveis, 49% dos imóveis foram alienados por ajuste direto e 41 % por hasta pública. A predominância do procedimento por ajuste direto residuiu no facto de, na sua maioria,

estarem em causa imóveis com preço de venda inferior a € 150.000,00, que foram a hasta pública tendo a mesma ficado deserta, que se encontravam em estado de ruína ou que foram adquiridos por autarquias locais, ao abrigo das alíneas a), c), d) e e) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, respetivamente.

Importa referir que a alienação por negociação referida no Mapa seguinte se reporta à venda de um imóvel do Estado sito em Bruxelas, tendo sido adotado o procedimento de venda do País da localização do imóvel, conforme decorre do artigo 46.º do Código Civil. De referir, todavia, que este procedimento obedeceu aos princípios da concorrência, publicidade e transparência que norteiam a venda de imóveis regulada pelo Decreto-Lei n.º 280/2007.

Quadro 6 – Tipo de Procedimento de Alienação

PROCEDIMENTO DE ALIENAÇÃO	Nº IMÓVEIS	(%)	VALOR DA TRANSAÇÃO (€)	(%)
Ajuste Direto	34	49	4.804.177,15	39
Cessão definitiva	2	3	392.763,00	3
Transação Judicial	1	1	7.050,00	0
Hasta Pública	28	41	1.950.653,99	16
Expropriação	3	4	267.955,64	2
Alienação por Negociação	1	1	4.910.206,66	40
TOTAL GERAL	69	100	12.332.806,44	100

Conforme se pode constatar pela leitura do quadro seguinte, 39 imóveis foram alienados a particulares, representando 57% do total do número de alienações e 66% do valor de transação. Ao valor de transação referido acrescem 8.079.396,80 € relativos a 8 imóveis alienados a empresas privadas. Se englobarmos numa só categoria os particulares e as empresas privadas verifica-se que o setor privado adquiriu 68% (47) dos imóveis transacionados, pelo valor global de 9.356.156,8 €, o que representa 76% do valor total de transação.

Quadro 7 – Imóveis alienados -Entidade Adquirente

ENTIDADE ADQUIRENTE	Nº IMÓVEIS	(%)	VALOR DA TRANSAÇÃO (€)	(%)
Autarquias Locais	16	23	2.180.232,90	18
Particulares	39	57	8.079.396,80	66
Serviços e Fundos Autónomos	1	1	63.900,00	1
Instituições de Direito Privado e de Utilidade Pública Administrativa	1	1	187.000,00	2
Empresas Privadas	8	12	1.276.760,00	10
Empresas Públicas	4	6	545.516,74	4
TOTAL GERAL	69	100	12.332.806,44	100

A identificação dos imóveis alienados consta do Mapa 3, anexo ao presente Relatório.

3. CONCLUSÃO

Face ao que antecede, e de acordo com os dados evidenciados neste Relatório resulta que, caso não se tivesse verificado a excecionalidade da aquisição dos imóveis que fazem parte do domínio público aeroportuário e integram a Concessão da ANA - Aeroportos de Portugal, o valor das aquisições representaria cerca de 16,7% do valor de transação dos imóveis alienados no ano de 2012.

Lisboa, 23 de janeiro de 2013.

MAPA 1 - AQUISIÇÃO ONEROSA DE IMÓVEIS PELO ESTADO E INSTITUTOS PÚBLICOS EM 2012

Processo	Identificação	Distrito	Concelho	Freguesia	Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipificação do Imóvel	Fim da Aquisição	Entidade Adquirente				Entidade Alienante		Valor da Avaliação	Valor da Transação	Data da Transação	Direito Adquirido/Modalidade de Aquisição	
									Comprador	NIF	Ministério	Organismo que solicitou a aquisição	NIF	Vendedor					NIF
52-CA-1-1	Prédio sito em Mosteiro	Braga	Amares	Rendufe	100/-Rendufe CRP Amares	163/Rendufe	PU	Valorização da Envolvente do Mosteiro de Rendufe	Estado Português	501 481 036	Secretaria de Estado da Cultura	Direção Regional de Cultura do Norte	600 067 831	Cabes Costa Verde, Lda	500 265 992	715.000,00 €	715.000,00 €	23-02-2012	Propriedade/Compra
	Prédio sito em Mosteiro	Braga	Amares	Rendufe	101/Rendufe CRP Amares	172/Rendufe	PU	Valorização da Envolvente do Mosteiro de Rendufe	Estado Português	501 481 036	Secretaria de Estado da Cultura	Direção Regional de Cultura do Norte	600 067 831	Cabes Costa Verde, Lda	500 265 992	85.000,00 €	85.000,00 €	23-02-2012	Propriedade/Compra
26-LG-501	Parcelas de terreno co a área de 3.590.626,84 m2, integrantes do Aeroporto de Lisboa	Lisboa	Lisboa	Várias	Vários	Vários	PU e PR	Resolução de conflito judicial relativo aos terrenos do domínio público aeroportuário que integram a Concessão da ANA - Aeroportos de Portugal	Estado Português	501481036	Finanças	-	Município de Lisboa	500051070	286.000.000,00 €	286.000.000,00 €	28-12-2012	Transação Judicial	
SUBTOTAL															286.800.000,00 €	286.800.000,00 €			
52-FC-1010	Terra de cultura com 1040 m2 sito na Várzea	Coimbra	Coimbra	Arzila	756/Arzila 2.º CRP Coimbra	35/Arzila	PR	ETAR	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	500 171 592	Agricultura, Mar Ambiente e Ordenamento do Território	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	500 171 592	Maria Filipe da Silva	105 805 300	1.000,00 €	1.000,00 €	16-02-2012	Propriedade/Compra
52-UC-291	Prédio sito na Rua Tenente Coronel Sarmento, 15	Funchal	Funchal	Funchal (Sé)	626/Sé CRP Funchal	1421/Funchal (Sé)	PU	Instalação do Departamento de Investigação Criminal do Funchal da Polícia Judiciária	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	505587815	Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	505587815	Rádio e Televisão de Portugal, SA	500225680	1.250.000,00 €	1.250.000,00 €	20-12-2012	Propriedade/Compra
SUBTOTAL															1.251.000,00 €	1.251.000,00 €			
TOTAL GLOBAL															288.051.000,00 €	288.051.000,00 €			

MAPA 2 - ONERAÇÃO DE IMÓVEIS DO ESTADO

Processo	Designação do Imóvel	Distrito	Concelho	Freguesia	Registo	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Prédio Urbano (PR) Prédio Rústico (PM) Prédio Misto	Área Ocupada (m2)	Valor da Avaliação	Data da Transação	Entidade Onerada					Entidade Beneficiária		Valor de Avaliação	Valor de Transação
											Proprietário	NIF	Ministério	Organismo Disponibilizador	NIF	Denominação	NIF		
21-HN-137	Prédio Rústico sito em Fonte do Negro	Faro	Silves	Pera	2009/Pera CRP de Silves	158-Secção A/Pera	PR	97	€ 221,16	03-09-2012	Estado Português	501481036	Finanças	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	600073220	Águas do Algarve, S.A.	505176300	€ 221,16	€ 221,16

MAPA 3 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS DO ESTADO E DOS INSTITUTOS PÚBLICOS EM 2012

Processo	Designação do Imóvel	Distrito	Concelho	Freguesia	Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Predio Urbano (PR) Predio Rustico (PM) Predio Misto	Área Coberta (m2)	Área Descuberta (m2)	Área Global (m2)	Forma de Alienação	Ano do Contrato	Data efetiva da Transação	Entidade Alienante				Entidade Adquirente		Valor de Avaliação	Valor de Transação	
														Proprietário	NIF	Ministério	Organismo Disponibilizador	NIF	Proprietário			NIF
21-BL-8	Predio designado "Antiga Casa de Cantoneiros de S. Teotónio"	Beja	Odemira	São Teotónio	4585/São Teotónio	2398 - São Teotónio	PU	110	105,5	215,5	Ajuste Direto	2012	06-02-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Rita Simões R.S.D. Vieira e Alexandre N.P.D. Vieira	216 082 005 208922 628	61 900,00 €	61 900,00 €
21-SJ-9	Fração autónoma "A", correspondente à cave e R/C esquerdo do prédio na Rua Alexandre Herculano, nº15	Viseu	Penalva do Castelo	Insua	232/"A" - Insua	881 - "A" - Insua	PU	-	-	-	Ajuste Direto	2012	05-12-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Sociedade Carlos Alexandre Neves Unipessoal, Lda	508 314 658	63 360,00 €	63 360,00 €
21-LFE-I-236	Fração autónoma "C", TI, 1º B, correspondente a r/c do prédio na Avº Antonio Serpa, do nº 34-A a 34-B	Lisboa	Lisboa	Nossa Senhora de Fatima	1886/"C" - São Sebastião da Pedreira	1451 - "C" - Nossa Senhora de Fatima	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	12-03-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Maria de Lurdes M.N. Salazar	113 758 413	103 400,00 €	104 000,00 €
21-PI-264	Parcela com área de 15.215,385 m2 a destacar do Predio Rustico denominado PM 2/Santiago do Cacém-Herdade da Maria da Moita	Setúbal	Santiago do Cacém	Santo André	3314/Santo André	16 Secção G-G1-G2 - Santo André	PR	-	15215,385	15215,385	Ajuste Direto	2012	07-12-2012	Estado Português	501 481 036	Defesa Nacional	Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas da Defesa	600 083 942	Estradas de Portugal, S.A.	504 598 686	24 800,00 €	24 800,00 €
52-EC-216	Fração autónoma "L", correspondente ao 4º andar direito do prédio urbano sito na Rua José Ramalho, nº 107	Castelo Branco	Covilhã	São Martinho	00026/"L" - São Martinho	1123 - "L" - São Martinho	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	12-03-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Manuel Cordeiro Raposo	146 240 553	65 000,00 €	70 200,00 €
52-EC-217	Fração autónoma "N", correspondente ao 5º andar direito do prédio urbano sito na Rua José Ramalho, nº 107	Castelo Branco	Covilhã	São Martinho	00026/"N" - São Martinho	1124 - "N" - São Martinho	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	12-03-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Augusto Simão Martins	135 204 232	52 500,00 €	52 500,00 €
21-EC-18	Edifício do ex-SLAT na Covilhã, sito na Avº Frei Heitor Pinto, nº 19, na Covilhã	Castelo Branco	Covilhã	Conceição	1033/Conceição	1756 - Covilhã(Conceição)	PU	268,5	13,5	282	Ajuste Direto	2012	03-02-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Turismo da Serra da Estrela	508 889 266	63 900,00 €	63 900,00 €
21-LE-179	Parcela de Terreno, situada entre km 103,50 e km 105,59 da E.N. 247, no Lugar da Guia	Lisboa	Cascais	Cascais	10636/Cascais	9938 - Cascais	PU	-	586	586	Ajuste Direto	2012	14-02-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Município de Cascais	508 187 531	31 081,00 €	31 081,00 €
21-PI-688	Solo da fração autónoma "E" correspondente ao 2º Dltº, do Lote B, zona 15.1 do Bairro 350 Fogos, em Vila Nova de Santo André	Setúbal	Santiago do Cacém	Vila Nova de Santo André	1548/"E" - Santo André	2217 - "E" - Santo André	PU	-	-	-	Ajuste Direto	2012	26-03-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	António Manuel Valente Correia Vanda Mª da Conceição Cruz Correia	133 553 027 108 037 444	8 284,00 €	8 284,00 €
21-SZ-59	Predio designado "Casa Florestal C-40" sita Penedo da Pena, em Ventosa	Viseu	Vousela	Ventosa	-	1261 - Ventosa	PU	210	-	210	Transação Judicial	2012	24-04-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Junta de Freguesia de Ventosa	501 258 213	7 050,00 €	7 050,00 €
21-HN-36	Predio designado "Antiga Casa de Cantoneiros do Falaço" sita em Silves	Faro	Silves	Silves	07332/Silves	3147 - Silves	PU	247	1826	2073	Ajuste Direto	2012	15-03-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Ana Rita Gamito Bentes de Campos e Rui Alexandre Nunes Neves da Silva	216 825 547 193 352 249	90 000,00 €	90 000,00 €
21-PC-442 21-PC-443	Dois parcelas de terreno nºs 2 e 6, com as áreas de 5 145 m2 e 33 151 m2, a desanexar respectivamente, dos prédios justicos denominados "Mata do Ribeiro" e "Mata da Trafaria" sitos na Trafaria	Setúbal	Almada	Trafaria	2073/Costa da Caparica	2 Secção C - Trafaria 7 Secção F - Trafaria	PR	-	5145 33151	5145 33151	Expropriação	2012	01-06-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, SA	508 822 939	128 679,00 €	128 679,00 €
21-PJ-24	Predio denominado "Instalações da antiga Estação dos Caminhos de Ferro" sitas na Quinta da Trindade no Seixal	Setúbal	Seixal	Seixal	300/Seixal	944, 945 e 946 - Seixal	PU	386	1712,4	2098,4	Ajuste Direto	2012	17-05-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Cruz Vermelha Portuguesa	500 745 749	187 000,00 €	187 000,00 €
21-PI-685	Solo da fração autónoma "E" correspondente ao 2º Esqº, do Lote 19, do Bairro 350 Fogos, em Vila Nova de Santo André	Setúbal	Santiago do Cacém	Vila Nova de Santo André	2228/"E" - Santo André	2151 - "E" - Santo André	PU	-	-	-	Ajuste Direto	2012	28-06-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Alda Correia Sousa Ferreira e Aristides Martins Ferreira	187 561 664 187 561 656	6 700,00 €	6 700,00 €
52-LN-175	Predio com área de 20.000 m2, sito no Ramalhal	Lisboa	Torres Vedras	Ramalhal	443/Ramalhal	114 Secção Q - Ramalhal	PR	-	20000	20000	Ajuste Direto	2012	31-01-2012	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Município de Torres Vedras	502 173 653	322 000,00 €	322 000,00 €
21-SD-150	Predio com área de 93 m2, sito em Magueija	Viseu	Lamego	Magueija	2750/Magueija	1702 Secção D - Magueija	PR	0	93	93	Ajuste Direto	2012	25-06-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Fernando Silva Ribeiro	171 338 081	140,00 €	140,00 €
21-BG-45	Predio com área de 2529 m2, sito em Lições	Beja	Cuba	Cuba	1470/Cuba	9 Secção A - Cuba	PR	0	2529	2529	Expropriação	2012	25-06-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	EDIA-Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	503 450 189	2 974,74 €	2 974,74 €
21-AA-108	Predio denominado Antigas Instalações Fabris da empresa "António Pereira Vidal e Filhos", sitas em Arrancada do Vouga	Aveiro	Águeda	Valongo do Vouga	2130/Valongo do Vouga	1603 - Valongo do Vouga	PU	13143	12233	25376	Ajuste Direto	2012	15-03-2012	Estado Português	501 481 036 500 715 505	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	601 006 441 500 715 505	Absolut Logistics, Unipessoal, Lda	508 395 216	869 600,00 €	869 600,00 €
21-BI-106	Predio composto de r/c com dois armazéns e 1º andar, sito na Rua cinco de Outubro, em Mértola	Beja	Mértola	Mértola	1168/Mértola	2878 - Mértola	PU	220	265	485	Ajuste Direto	2012	12-07-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Município de Mértola	503 279 765	45 800,00 €	45 800,00 €
21-BI-107	Predio composto de r/c e quintal, sito na Rua cinco de Outubro em Mértola	Beja	Mértola	Mértola	1167/Mértola	228 - Mértola	PU	200	70	270	Ajuste Direto	2012	12-07-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Município de Mértola	503 279 765	37 200,00 €	37 200,00 €
21-BI-130	Predio destinado a recolha e armazenamento de cereais, sito em Além Rio, em Mértola	Beja	Mértola	Mértola	639/Mértola	3848 - Mértola	PU	1387,2	181,8	1569	Ajuste Direto	2012	12-07-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Município de Mértola	503 279 765	98 300,00 €	98 300,00 €
52-AL-93	Armazém da Mealhada do IVV, sito na EN nº1	Aveiro	Mealhada	Mealhada	3576/Mealhada	1065 - Mealhada	PU	748	0	748	Ajuste Direto	2012	05-06-2012	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Município da Mealhada	503 279 765	29 172,00 €	29 172,00 €
52-AL-109	Armazém da Mealhada do IVV, sitos na Avº Dr. Manuel Louzada e Rua Visconde Valdoeiro				3572/Mealhada	1067 - Mealhada		1400	2000	3400											83 964,00 €	83 964,00 €
52-AL-110	Armazém da Mealhada do IVV, sito na Rua Visconde Valdoeiro e EN nº1				3573/Mealhada	1066 - Mealhada		350	1420	1770											301 036,00 €	301 036,00 €
52-AL-111	Armazém da Mealhada do IVV, sito na Rua Visconde Valdoeiro e EN nº1				1923/Mealhada	P2830 - Mealhada		4301	18232	22533											98 000,00 €	98 000,00 €
52-AL-112	Armazéns da Mealhada do IVV, sitos na Avº Dr. Manuel Louzada				3575/Mealhada	1068 - Mealhada		2340	3770	6110											67 200,00 €	67 200,00 €
52-AL-113					3574/Mealhada	1073 Mealhada		2500	765	3265											632 628,00 €	632 628,00 €
21-BH-40	Predio denominado "Antiga Capela de São Sebastião"	Beja	Ferreira do Alentejo	Ferreira do Alentejo	3608/Ferreira do Alentejo	1866 - Ferreira do Alentejo	PU	120	100	220	Ajuste Direto	2012	17-07-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Município de Ferreira do Alentejo	501 227 490	6 800,00 €	6 800,00 €
21-BE-307	Predio denominado "Apolinárias"	Beja	Beja	Santa Maria da Feira	1556/Stª Maria da Feira	111- Secção C - Stª Maria da Feira	PR	0	107500	107500	Ajuste Direto	2012	06-08-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Floralval Baloña Monteiro	114 595 844	5 375,00 €	5 375,00 €
21-LFA-B-93	Fração autónoma "A", correspondente ao r/c, do prédio sito na Rua Fortunato São Boaventura, nº 24, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Penha de França	1604/Penha de França	1373 - Beato	PU	-	-	-	Ajuste Direto	2012	06-08-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Espaço Real Sociedade Construções, Lda	507 610 008	16 400,00 €	16 400,00 €
21-OD-23	Parcela com área de 567612 m2 a destacar do prédio rustico denominado "Quinta da Goucha" sito no lugar de Casalinho	Santarém	Alpiarça	Alpiarça	02324/Alpiarça	96 -Secção 065 - Alpiarça	PR	-	567612	567612	Ajuste Direto	2012	06-08-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Ana Vitória Homem Caldeira Pessanha Vilaça Bessa de Carvalho	152 780 262	36 687,00 €	36 687,00 €
21-LFG-B-178	Fração autónoma "B" correspondente ao R/C, loja do prédio urbano sito na Rua Luís de Camões, nº 80, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Alcântara	458/"B" - Alcântara	1557 - "B" - Alcântara	PU	-	-	-	Ajuste Direto	2012	20-09-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Helena Maria Pereira Custódio e José Albino Pereira Custódio	186 174 160 188 655 387	89 500,00 €	89 500,00 €
21-PD-100	Parcela 58, com a área de 33 687,20 m2 a destacar do prédio denominado "Mata Nacional da Machada"	Setúbal	Barreiro	Palhalis	551/Palhalis	1 - Secção Af e Af5-Palhalis	PR	-	33687,2	33687,2	Cedência Definitiva	2012	20-12-2012	Estado Português	501 481 036	Defesa Nacional	Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas da Defesa	600 083 942	Estradas de Portugal, S.A.	504 598 686	389 063,00 €	389 063,00 €
21-HE-85	Predio denominado "Antigo Armazém da EPAC", sito em Castro Marim	Faro	Castro Marim	Castro Marim	2088/Castro Marim	3173 - Castro Marim	PU	351	406,5	757,5	Ajuste Direto	2012	04-09-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Filomena Maria Viegas Henriques Águeda e José Armando Correia Águeda	109 615 840 109 615 824	77 000,00 €	77 000,00 €
21-PD-218	Predio sito na Rua Nagar Aveli, nº 56 no Banheiro	Setúbal	Setúbal	Santo André	1235/Santo André	135 - Santo André	PU	87,5	132,5	220	Ajuste Direto	2012	20-09-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Rui Miguel Soares Coelho	241 355 478	50 000,00 €	57 650,15 €
52-PL-259	Fração autónoma "Z", correspondente ao 7º andar Esqº, do prédio sito na Praceta Manuel Nunes de Almeida, nº 34 em Setúbal	Setúbal	Setúbal	São Julião	372/"Z" - São Julião	1718 - "Z" - São Julião	PU	-	-	-	Ajuste Direto	2012	11-10-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Olinda da Conceição Pinto Ribeiro Pombo	114 394 440	61 000,00 €	61 000,00 €
52-PL-260	Fração autónoma "H", correspondente ao 1º andar Dltº, do prédio sito na Praceta Manuel Nunes de Almeida, nº 34 em Setúbal	Setúbal	Setúbal	São Julião	372/"H" - São Julião	1718 - "H" - São Julião	PU	-	-	-	Ajuste Direto	2012	11-10-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	José Manuel Pinto Ribeiro	136 962 041	69 000,00 €	69 000,00 €
21-LI-557	Fração autónoma "C", correspondente ao 1º andar Esqº, do prédio sito na rua Mário Dionisio, nº 19 e 19 B, em Paioões-Rio de Mouro	Lisboa	Sinta	Rio de Mouro	3508/"C" - Rio de Mouro	8372 - "C" - Rio de Mouro	PU	-	-	-	Ajuste Direto	2012	21-08-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Sérgio Manuel Procópio Gonçalves e Ana Raquel Gonçalves Torres	219 698 538 241 600 413	90 000,00 €	90 000,00 €
2-OJ-28	Parcela de terreno com área de 516 m2 a destacar do PM/10 Entroncamento	Santarém	Entroncamento	Entroncamento	Omisso	1 da secção HH1 - Entroncamento	PR	-	516	516	Cedência Definitiva	2012	04-10-2012	Estado Português	501481036	Defesa Nacional	Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas da Defesa	600 083 942	Município do Entroncamento	501 120 149	3 700,00 €	3 700,00 €
52-LN-188	Fração autónoma "F", correspondente ao 2º Esqº, do prédio sito na Rua dos Bombeiros voluntários, nºs 12-14 em Torres Vedras	Lisboa	Torres Vedras	São Pedro e São Tiago	3745/"F" - São Pedro e São Tiago	57-"F" - São Pedro e São Tiago	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	10-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Paulo Jorge Vieira dos Santos	193 692 074	42 500,00 €	48 500,00 €
52-LN-189	Fração autónoma "																					

MAPA 3 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS DO ESTADO E DOS INSTITUTOS PÚBLICOS EM 2012

Processo	Designação do Imóvel	Distrito	Concelho	Freguesia	Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Prédio Urbano (PR) Prédio Rústico (PM) Prédio Misto	Área Coberta (m2)	Área Descoberta (m2)	Área Global (m2)	Forma de Alienação	Ano do Contrato	Data efetiva da Transação	Entidade Alienante				Entidade Adquirente		Valor de Avaliação	Valor de Transação	
														Proprietário	NIF	Ministério	Organismo Disponibilizador	NIF	Proprietário			NIF
52-LN-193	Fração autónoma "L", correspondente ao 4º diário do prédio sito na Rua dos Bombeiros Voluntários, nºs 12-14 em Torres Vedras	Lisboa	Torres Vedras	São Pedro e São Tiago	3745 / "L" - São Pedro e São Tiago	57-"L" - São Pedro e São Tiago	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	11-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	509 587 815	Álvaro Jorge Viegas Sousa	165 305 452	42 500,00 €	52 000,00 €
52-LN-170	Armazém do IVV, sito em Gafanhotos	Lisboa	Torres Vedras	Ventosa	4237/Ventosa	5019 - Ventosa	PU	3604	14096	17700	Ajuste Direto	2012	06-12-2012	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Adega Cooperativa de São Mamede da Ventosa, CRL	500 008 744	470 000,00 €	470 000,00 €
52-AA-86	Armazém do IVV, sito em Águeda	Aveiro	Águeda	Águeda	8814/Águeda	1351 - Águeda	PU	1085,27	2598	3683,27	Ajuste Direto	2012	21-11-2012	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Município de Águeda	501 090 436	280 000,00 €	280 000,00 €
52-OO-55	Prédio sito na Rua João Ferreira da Mala, nº 42, em Rio Maior	Santarém	Rio Maior	Rio Maior	7194/Rio Maior	3801 - Rio Maior	PU	182	140	322	Hasta Pública	2012	10-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Graça Maria Rocha Correia e Almeida da Benta	197 833 306	110 500,00 €	117 550,00 €
52-OO-57	Prédio sito no Largo Padre Quartinho, nº 1, em Rio Maior	Santarém	Rio Maior	Rio Maior	7498/Rio Maior	3598 - Rio Maior	PU	182	140	322	Hasta Pública	2012	10-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Agostinho António Rocha Correia e Almeida da Benta	177 353 392	110 500,00 €	110 500,00 €
52-CA-66	Fração autónoma "T", correspondente ao 2º direito do prédio urbano sito na Rua José Alves Leite, nº 21, em Amareis	Braga	Amareis	Amareis	330 / "T" - Amareis	304 - "T" - Amareis	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	10-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Isidro Nuno da Cruz Vilaça	212 534 289	34 000,00 €	34 150,00 €
52-CA-67	Fração autónoma "J", correspondente ao 2º esquerdo do prédio urbano sito na Rua José Alves Leite, nº 21, em Amareis	Braga	Amareis	Amareis	330/"J" - Amareis	304 - "J" - Amareis	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	10-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Isidro Nuno da Cruz Vilaça	212 534 289	34 000,00 €	37 802,99 €
52-DM-108	Prédio urbano sito na Rua Gago Coutinho e S. Cabral, s/n - A, em Vinhais	Bragança	Vinhais	Vinhais	1935 / Vinhais	2539 - Vinhais	PU	267,70	244,80	512,50	Hasta Pública	2012	12-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Armando dos Santos Anes	114 911 029	76 500,00 €	76 550,00 €
52-JA-145	Prédio urbano sito na Rua Dr. José Eduardo Raposo de Magalhães, nº3, em Alcobaça	Leiria	Alcobaça	Alcobaça	143/Alcobaça	1450 - Alcobaça	PU	140	299	439	Hasta Pública	2012	11-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Renato Luis Abreu Feliciano	210 986 840	98 600,00 €	102 000,00 €
52-AE-332	Fração autónoma "D4", correspondente ao 1º Frente direito do prédio urbano sito na Avº 25 de Abril, nº 68, em Aveiro	Aveiro	Aveiro	Glória	311/"D4" - Glória	2931 - "D4" - Glória	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	12-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Joaquim dos Santos Fernandes Monteiro	193 402 599	68 000,00 €	68 250,00 €
52-OO-356	Fração autónoma "M", correspondente ao 6º esquerdo do prédio urbano sito na Avº Bernardo Santarém, nº 1, 1-A e 1-B, em Santarém	Santarém	Santarém	São Salvador	3455/"M" - Santarém (Salvador)	2116 - "M" - Santarém (São Salvador)	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	13-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	José Vitorino Batista Fernandes e Maria Isabel Lopes andré Jorge		52 700,00 €	52 701,00 €
52-OS-213	Fração autónoma "H", correspondente ao 3º direito do prédio urbano sito na Alameda Um de Março, Lote 15, em Tomar	Santarém	Tomar	Santa Maria dos Olivais	3061/"H" - Santa Maria dos Olivais	2601 - "H" - Santa Maria dos Olivais	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	12-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	VIVIFIBIT Lda*	510 466 4199	46 750,00 €	65 000,00 €
52-OS-214	Fração autónoma "C", correspondente ao 1º esquerdo do prédio urbano sito na Alameda Um de Março, Lote 15, em Tomar	Santarém	Tomar	Santa Maria dos Olivais	3061/"C" - Santa Maria dos Olivais	2601 - "C" - Santa Maria dos Olivais	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	12-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	VIVIFIBIT Lda*	510 466 4199	51 000,00 €	71 000,00 €
52-PL-401	Fração autónoma "T", correspondente ao 2º esquerdo do prédio urbano sito na Praceta Manuel Nunes de Almeida, nº 39, em Setúbal	Setúbal	Setúbal	Setúbal (São Julião)	482 /"T" - Setúbal (São Julião)	1609 - "T" - Setúbal (São Julião)	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	12-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	AJFV - Unipessoal Lda*	505 438 429	59 500,00 €	59 550,00 €
52-PL-402	Fração autónoma "J", correspondente ao 4º esquerdo do prédio urbano sito na Praceta Manuel Nunes de Almeida, nº 39, em Setúbal	Setúbal	Setúbal	Setúbal (São Julião)	483/"J" - Setúbal (São Julião)	1609 - "J" - Setúbal (São Julião)	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	12-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	AJFV - Unipessoal Lda*	505 438 429	59 500,00 €	59 550,00 €
52-PL-404	Fração autónoma "P", correspondente ao 7º direito do prédio urbano sito na Praceta Manuel Nunes de Almeida, nº 39, em Setúbal	Setúbal	Setúbal	Setúbal (São Julião)	484/"P" - Setúbal (São Julião)	1609 - "P" - Setúbal (São Julião)	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	12-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	AJFV - Unipessoal Lda*	505 438 429	72 250,00 €	72 300,00 €
52-OS-215	Fração autónoma "G", correspondente ao 3º esquerdo do prédio urbano sito na Alameda Um de Março, Lote 15, em Tomar	Santarém	Tomar	Santa Maria dos Olivais	3061/"G" - Santa Maria dos Olivais	2601 - "G" - Santa Maria dos Olivais	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	12-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Anselmo Dinis Santos	204 814 820	49 300,00 €	69 000,00 €
52-OS-216	Fração autónoma "F", correspondente ao 2º direito do prédio urbano sito na Alameda Um de Março, Lote 15, em Tomar	Santarém	Tomar	Santa Maria dos Olivais	3061/"F" - Santa Maria dos Olivais	2601 - "F" - Santa Maria dos Olivais	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	12-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Manuel Ribeiro Santos	113 777 256	55 250,00 €	69 000,00 €
52-OS-217	Fração autónoma "E", correspondente ao 2º Esquerdo do prédio urbano sito na Alameda Um de Março, Lote 15, em Tomar	Santarém	Tomar	Santa Maria dos Olivais	3061/"E" - Santa Maria dos Olivais	2601 - "E" - Santa Maria dos Olivais	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	12-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Sergio Filipe de Oliveira Marcalo	223 478 997	51 000,00 €	69 000,00 €
52-OS-218	Fração autónoma "D", correspondente ao 1º direito do prédio urbano sito na Alameda Um de Março, Lote 15, em Tomar	Santarém	Tomar	Santa Maria dos Olivais	3061/"D" - Santa Maria dos Olivais	2601 - "D" - Santa Maria dos Olivais	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	12-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Francisco José Marante Garcia antunes	122 834 658	48 450,00 €	74 000,00 €
52-LI-94	Armazém do IVV, sito na Azeiteira	Lisboa	Mafra	Azeiteira	2357/20120206 - Azeiteira	2705 - Azeiteira	PU	1162	3419	4581	Ajuste Direto	2012	17-12-2012	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Adega Cooperativa da Azeiteira, CRL	500 008 280	422 700,00 €	422 700,00 €
52-SV-113	Prédio urbano sito na Rua Marechal Gomes da Costa, nº 36, em Tondela	Viseu	Tondela	Tondela	2061/Tondela	2329 - Tondela	PU	205,87	544,13	750,00	Hasta Pública	2012	19-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Francisco Coimbra de Figueiredo	107 529 110	102 000,00 €	104 000,00 €
52-SV-115	Prédio urbano sito na Rua Marechal Gomes da Costa, nº 38, em Tondela	Viseu	Tondela	Tondela	2062/Tondela	2330 - Tondela	PU	205,87	544,13	750,00	Hasta Pública	2012	19-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Francisco Coimbra de Figueiredo	107 529 110	102 000,00 €	104 000,00 €
52-UC-274	Fração autónoma "I3", correspondente ao 3º l do prédio urbano sito na Rua de D. João nºs 6 e 8, Bloco B3, no Funchal	Funchal	Funchal	Imaculado Coração de Maria	82/"I3" - Imaculado Coração de Maria	1666 - "I3" - Imaculado Coração de Maria	PU	-	-	-	Hasta Pública	2012	10-12-2012	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	Juística	Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I.P. (*)	505 587 815	António Manuel Teles de Sousa Brandão	154 743 356	68 000,00 €	68 050,00 €
21-JA-122	Parcela n.º 27, com área de 5133 m2	Leiria	Alcobaça	Alcobaça	484/Alcobaça	272 - Alcobaça	PR	-	5133	5133	Expropriação	2012	23-11-2012	Estado Português	501 481 036	Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Município de Alcobaça	506 874 249	136 301,90 €	136 301,90 €
21-KD-10	Edifício da residência do Embaixador de Portugal em Bruxelas, sito na Avenue Moléna 193, Ixelles	Europa	Bélgica	Bruxelas	-	-	PU	-	-	-	Negociação	2012	21-12-2012	Estado Português	501481036	Negócios Estrangeiros	Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros	600 014 576	Jos Van Shaik	-	4 023 000,00 €	4 910 206,66 €
																			11 270 495,64 €	12 332 806,44 €		

* Atualmente Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP